

Dívida externa: reflexões sobre a "via peruana"

Ao completar, em meados desta semana (28 de julho), dois anos no governo do Peru, o presidente Alan García Perez decretou feriado bancário por um dia e anunciou a estatização de todo o sistema bancário do país, incluindo as companhias de seguros. Simultaneamente, determinou energéticas medidas para coibir o mercado negro de moedas estrangeiras, a começar pelo fechamento das casas de câmbio.

Não se pode deixar de notar que essa ação tem uma nítida correlação com a decisão tomada por García, em seguida à sua posse, de limitar as remessas de juros ao exterior a 10% do total das exportações peruanas, o que implicou rompimento de quaisquer relações financeiras com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos privados internacionais.

Por maiores que sejam as reservas que se façam à direção da política econômica seguida pelo Peru, depois do governo do presidente Fernando Belaúnde Terry, é forçoso reconhecer que a dívida externa do país vizinho chegou a um ponto em que se tornou virtualmente impagável ou não re-

munerável pelos padrões financeiros normais. Segundo dados do Banco Mundial (The World Bank Atlas, 1986), o Produto Nacional Bruto (PNB) do Peru em 1984 chegava a US\$ 17,960 bilhões, enquanto a sua dívida externa a longo prazo montava, na época, a US\$ 11,290 bilhões, ou seja, 62,9% do PNB.

Para se ter uma idéia comparativa, o PNB do Brasil, no mesmo ano, segundo ainda as cifras do BIRD, alcançava US\$ 227,280 bilhões, enquanto a dívida externa a longo prazo era então de US\$ 87 bilhões, equivalente a 38,3% do PNB. Os números evidenciam uma situação muito mais grave que a enfrentada pelo Brasil em 1984, quando já despontavam em nosso mercado os sinais de uma retomada do ritmo de desenvolvimento.

É bem verdade que, a exemplo do que ocorreu aqui durante a vigência do Plano Cruzado I, o Peru experimentou em 1986 uma significativa queda da inflação, que baixou para 62,9% ao ano. Mas, cá como lá, após um período de euforia, as pressões externas voltaram a se fazer sentir com intensidade com a deterioração das re-

servas cambiais e limitações às importações, muito mais sentidas no Peru, que não dispõe de um parque industrial tão desenvolvido quanto o do Brasil. Resultado automático de uma situação como essa é a fuga de capitais, que levou o presidente García a decretar a estatização dos bancos e o controle draconiano do câmbio, estendendo o âmbito já amplo do setor estatal em sua economia.

Fazemos votos de que o país vizinho e amigo supere as suas dificuldades atuais, pelos caminhos que o seu governo legitimamente eleito escolheu, mas é inescapável perguntar se a "via peruana", à luz dos acontecimentos recentes, é o melhor caminho para a solução dos problemas dos países altamente endividados da América Latina.

A questão é complexa e não nos abalçamos aqui a dar uma resposta definitiva. Situações nacionais dificilmente são comparáveis e não se deve deixar de ter em mente as condições peculiares da realidade peruana, onde o setor estatal registrou grande expansão nas últimas décadas, como reação ao domínio de áreas vitais de sua economia pelo capital

estrangeiro. Além disso, ainda a braços com a guerrilha movida pelo Sendero Luminoso, as ameaças ao regime democrático no país vizinho têm um caráter marcadamente diverso do que se verifica no Brasil, que emergiu pacificamente de duas décadas de regime militar.

Contudo, sobreleva notar que a suspensão pelo Brasil do pagamento dos juros sobre a dívida externa junto a bancos privados, em 20 de fevereiro deste ano, representou uma tática, em um momento em que as reservas se encontravam em um ponto extremamente baixo, e não uma estratégia.

Além de não ter rompido com as instituições internacionais ou com os bancos credores, o governo Sarney manteve sempre um canal aberto para negociações, esperando concluí-las com êxito, desde que preservada a premissa de manutenção da economia em crescimento, sem infração ao direito soberano do País de traçar os seus próprios rumos. Em suma, o Brasil não fez uma opção extrema no campo da dívida externa, e temos todas as razões para esperar que não a faça.